

A tragédia Yanomami

Alcida Rita Ramos

Universidade de Brasília

A máxima que Marx consagrou – a história acontece como tragédia e se repete como farsa – não se aplica ou se inverte no caso Yanomami. Pois, da primeira grande investida contra sua terra e suas vidas na virada da década de 1980 para 1990 à que assistimos agora, atônitos, a intensidade e intencionalidade dos ataques aumentaram de tal modo que não se pode mais atribuí-los à mera ganância financeira. O que no princípio tinha algo de tragicômico (invasores fantasiados de militares num dia de Carnaval, por exemplo), transformou-se num teatro de horrores sem trégua e sem limites. O que antes se atribuía a aventureiros cegos pelo luzir do ouro, agora são ações de um governo que quer matar sem sujar as mãos. Basta que um flagelo humano no posto de presidente abra uma porteira e a boiada passa e o massacre começa.

1973-1975. A primeira grande invasão veio com a construção da rodovia Perimetral Norte que cortou em linha reta de leste a oeste no sul do território Yanomami mais de 200 km em Roraima e no Amazonas. A obra dessa inútil estrada, fadada ao abandono, durou menos de três anos, tempo suficiente para estilhaçar a vida de comunidades inteiras atingidas por ela. Sarampo, gripe e outras pestilências de branco devastaram famílias, desequilibraram subsistências e mataram mais de 22 por cento de seus habitantes, quase inviabilizando o seu tecido social. (Imaginemos a perda de 22 por cento da população brasileira: um número tão alto que nem a pandemia de Covid-19 conseguiu matar).

No levantamento do Projeto Radambrasil em 1975, a terra Yanomami revelou-se rica em minérios (cassiterita, ouro, materiais radioativos ...) e pobre em fertilidade de solos. Essa notícia deflagrou um avanço de garimpeiros (modestos 500 pelos padrões atuais) em busca de cassiterita. Profetizando um futuro inimaginável naquela época (1975-76), a Serra de Surucucus assistiu a sérios conflitos armados entre indígenas e garimpeiros provocados por roubos de roças e abusos sexuais contra mulheres indígenas. Ainda com algum escrúpulo para manter uma boa imagem do governo, o então Ministro do Interior, o militar Rangel Reis, ordenou a retirada dos invasores. Ordem inócua, gesto propagandístico, resultado pífio.

1980. Começa outra invasão, agora por ouro, no alto rio Uraricoera. Eram cerca de dois mil garimpeiros que, nove anos depois, haviam se transformado em 50 mil, espalhados por toda a região central das terras Yanomami no Brasil, atravessando a fronteira e causando problemas diplomáticos com a Venezuela.

A situação alcançou um estado crítico a partir de agosto de 1987, com a chegada de milhares de garimpeiros que primeiro usavam os campos de pouso das missões religiosas e da FAB, para logo depois abrirem um número crescente de pistas. Dois anos depois, estimava-se mais de 80 pistas clandestinas, algumas do lado venezuelano da fronteira. O rio Mucajaí ficou poluído por mercúrio e assoreamento em toda a sua extensão. Os rios Uraricoera, Catrimani e Couto de Magalhães, contaminados por mercúrio e óleo, não tinham mais peixes. A ininterrupta decolagem e aterrissagem de aviões e helicópteros afugentou a caça, levando os Yanomami à penúria e à humilhante situação de depender da comida dos garimpeiros.

Mesmo as comunidades que não sofreram diretamente a presença concreta do garimpo poluente acabaram atingidos pelos efeitos das ondas de choque da corrida do ouro. Epidemias que começavam num determinado ponto grassavam como fogo selvagem por dezenas de aldeias, deixando um rastro de devastação social, ecológica e econômica. Tuberculose, malária e outras tantas pestilências alienígenas mutilaram e mataram, umas de maneira fulminante, outras aos poucos, corroendo o equilíbrio demográfico de comunidades inteiras, deixando órfãos ao Deus dará, ameaçando seriamente sua produção de bens materiais e culturais e a própria reprodução social.

Através dessas ondas de choque, a tragédia Yanomami ampliou-se – e continua num crescendo desvairado – a cada nova pista que se abre, a cada novo barranco que se dilapida, a cada novo acampamento garimpeiro que se instala. Como células cancerígenas, os efeitos daninhos da atividade garimpeira espalharam-se – e continuam se espalhando – pelas artérias, veias e capilares da grande cadeia orgânica que é o mundo Yanomami.

Ficou-se sem saber o número de indígenas mortos em conflitos armados e por doenças contagiosas propagadas pelos invasores porque, a partir agosto de 1987, a Funai, os militares do Conselho de Segurança Nacional e o então governador de Roraima, Romero Jucá, proibiram pesquisadores, profissionais de saúde, missionários católicos, jornalistas e outros observadores de entrar em território Yanomami.

1991-1992. A tragédia do garimpo não poupou meu local de trabalho de campo. O vale do rio Auaris, no divisor de águas entre o Brasil e a Venezuela, foi o cenário da minha pesquisa de doutorado (1968-70), naquela época, um paraíso etnográfico. Sem pressões, sem invasões, sem epidemias, num recôndito rincão da mata amazônica, desempenhei sem pressa meu rito de passagem malinowskiano para me tornar uma antropóloga de verdade. Mal sabia eu que a transformação desse paraíso em inferno seria apenas uma questão de tempo.

Nos meses de março e abril de 1991, a região do alto rio Auaris em Roraima, estando na periferia da atividade garimpeira, parecia longe da infestação de malária. No entanto, tornou-se palco de uma das mais violentas crises de saúde registradas no território Yanomami. Das aldeias mais atingidas, Kadimani, onde passei metade dos 18 meses de pesquisa de campo, destacou-se em quantidade de doentes e em gravidade do estado de saúde de seus habitantes.

Por aquela época, já o Brasil aparecia aos olhos do mundo como omissos em proteger os direitos indígenas, deixando que dezenas de milhares de invasores infestassem uma das terras indígenas mais focalizadas pelos meios de comunicação no país e fora dele. Depois de três anos de proibição para realizar pesquisa antropológica com os Yanomami, a FUNAI, afinal, concedeu-nos autorizações para entrar na área. Em menos de um mês, Bruce Albert e eu retornamos à área. Enquanto Bruce acompanhava uma equipe médica a Toototobi, no estado do Amazonas, eu revisitei Auaris depois de quase 17 anos de ausência. Coube-me o papel de intérprete de uma equipe médica da então Fundação Nacional de Saúde conduzida pela Dra. Ivone Menegola. Era apenas uma viagem exploratória sobre as condições locais de saúde. No entanto, uma semana depois de nos instalarmos na minha antiga casa na aldeia adjacente à missão da MEVA, começaram a chegar mensageiros de Kadimani com notícias sobre o estado desesperador de seus parentes. Por falta de transporte, não conseguimos alcançá-los imediatamente e mandamos os mensageiros de volta com o recado para que os doentes tentassem chegar à missão.

No final de março, chegou a primeira leva numa desoladora fila indiana de gente desnutrida, amparada em bastões ou nas costas dos menos fracos, arrastando-se até a minha casa. A semana que se seguiu foi de trabalho frenético para atender a todos, dia e noite, ao mesmo tempo que nos desdobrávamos para alimentar 133 pessoas famintas e

macilentas. Como solução de emergência, mandamos vir gêneros alimentícios de Boa Vista para não sobrecarregar os limitados recursos dos habitantes locais.

Casos de anemia profunda necessitavam transfusão de sangue. Foram feitas nove transfusões com doadores da própria missão. Na minha rede faleceu um menino, aumentando o número de mortos para três, dois dos quais haviam morrido antes desse traslado para Auaris. Outros residentes de Kadimani faleceram em vários outros lugares do território Yanomami, alguns trazidos de volta à missão.

A cada avião que chegava com um cadáver, redobrava o pranto dos parentes alojados precariamente num alpendre da missão. O pranto pungente e sofrido somava-se ao desalento dos desnutridos num lamento sonoro que replicava o desespero visual. O choro das famílias de Kadimani debruçadas sobre seus mortos, devolvidos um após outro, tornou-se um eco recorrente e símbolo fúnebre de uma situação que só não se tornou um morticínio generalizado graças à coincidência da presença da equipe médica naquele momento em Auaris. A malária Falciparum, quase sempre letal sem o devido tratamento, teria levado a comunidade de Kadimani à extinção, deixando desgarrado um punhado de sobreviventes.

Nossa estada em Auaris chegou ao fim, conseguimos evitar um número significativo de óbitos, mas a invasão não parou, a malária continuou a ceifar vidas e assim permaneceu o drama dos Sanumá até que, em 1992, a Terra Indígena Yanomami, demarcada no ano anterior, foi homologada, os invasores retirados, embora parcialmente, e seguiu-se um interlúdio de relativa tranquilidade na vida Yanomami, até Jair Bolsonaro chegar ao poder em 2018.

Em 1993, o então deputado federal, Jair Bolsonaro, apresentou à Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias o Projeto de Decreto Legislativo 365 que tornaria “sem efeito o Decreto de 25 de maio de 1992, que homologou a demarcação administrativa da terra indígena Yanomami, nos Estados de Roraima e Amazonas”. O argumento, já surrado pelo uso excessivo e fútil dos militares, apelava para a segurança nacional que estaria ameaçada pela possibilidade de o povo Yanomami criar um Estado próprio às expensas do Brasil e da Venezuela. O projeto teve como relator o deputado Fernando Gabeira. Com firmeza e agilidade, utilizando amplamente dados antropológicos sobre os Yanomami¹, o relator votou pela rejeição do projeto, justificando: “Examinados

¹ Referiu-se, entre outros documentos, ao meu artigo “Nações dentro da nação. Um desencontro de ideologias” publicado na coletânea organizada por George Zarur *Etnia e nação na América Latina*, Vol. 1, pp. 79-88. Washington, DC: Interamer 44, 1994. Este texto baseia-se nas publicações da CCPY,

os argumentos apresentados para embasar a presente proposta, em face das razões técnicas e legais expendidas, julgo-me no dever de rejeitar o presente Projeto de Decreto Legislativo, de forma a defender nosso patrimônio genético e cultural e como forma de afirmar a nossa cidadania”.

Com essa tentativa frustrada, Bolsonaro, já como presidente do país, desiste dos canais competentes e adota a omissão ativa como meio para chegar ao fim que, há quase 30 anos, lhe foi legitimamente negado: a destruição do território e, por extensão, do povo Yanomami.

2020. O caráter um tanto farsista, embora letal, da corrida do ouro que afligiu os Yanomami no século passado muda de tom e torna-se dantesco ao promover uma escalada de horrores inéditos na história interétnica desse grande povo. Para cúmulo do infortúnio, a não declarada guerra total contra eles veio acompanhada de uma das mais virulentas pandemias em tempos modernos.

A fúria com que a atual corrida do ouro tem atacado a terra e a vida dos Yanomami tem todos os ingredientes de uma orquestrada campanha genocida que visa exaurir os recursos naturais da TIY, ao mesmo tempo que tenta eliminar de uma vez por todas as etnias que a ocupam. Invasões garimpeiras não são novidade para muitos Yanomami e seus vizinhos Ye'kwana. O que é novo são as investidas do governo federal contra eles, medidas flagrantemente inconstitucionais que desafiam o estado de direito, insuflam a propagação de notícias falsas para confundir a opinião pública e aplicam incentivos sem rodeios ao saque e à extrema violência. Esse é o carimbo que o presidente Bolsonaro imprime à sua passagem pela história do país.

Mais uma vez, os Sanumá, Yanomami da região do rio Auaris, foram protagonistas de notícias aterradoras. No dia 24 de junho de 2020, a jornalista Eliane Brum do *El País* Brasil, escreveu: “Três mulheres vivem um horror para o qual será preciso inventar um nome. Elas são Sanõma ... Em maio, essas mulheres e seus bebês foram levados para Boa Vista ... com suspeita de pneumonia. No hospital, as crianças teriam sido contaminadas por covid-19. E lá morreram. E então seus pequenos corpos desapareceram, possivelmente enterrados no cemitério da cidade. Duas das mães estão

especialmente, o Boletim *Urihi* N° 13 de junho de 1990 e em Alcida Ramos *Sanumá memories*. Yanomami ethnography in times of crisis. Madison: University of Wisconsin Press, 1995.

com covid-19, amontoadas na Casa de Saúde Indígena (CASAI), abarrotada de doentes. Lá, corroídas pelo vírus, elas imploram pelos seus bebês”. Em mensagem gravada em sua língua materna, uma das jovens mães diz à jornalista: “Sofri para ter essa criança. E estou sofrendo. Meu povo está sofrendo. Preciso levar o corpo do meu filho para a aldeia. Não posso voltar sem o corpo do meu filho”, condição necessária para lhe dar um funeral digno nos moldes Yanomami, que exigem a cremação do cadáver e ritos apropriados.

O roubo e enterro dos corpos foram justificados pelo risco que os corpos, supostamente infectados pelo coronavírus, representariam para a população. Apurou-se mais tarde que os bebês foram exumados e testados. Não havia covid-19! A agressão contida no sepultamento clandestino das crianças Sanumá foi uma sórdida infâmia, disfarçada de ignorância, contra essas mulheres e, por extensão, contra todos os Yanomami. Como explicou Bruce Albert a Eliane Brum, “não há pior afronta e sofrimento para os Yanomami do que fazer ‘desaparecer’ seus mortos”.

A brutalidade continuou em outras frentes. O relatório *Yanomami sob ataque*, uma realização das duas associações indígenas da TIY – Hutukara Associação Yanomami e Associação Wanasseduume Ye’kwana – foi publicado em abril de 2022 com dados do Sistema de Monitoramento do Garimpo Ilegal da TI Yanomami coletados em 2021, com o apoio do Instituto Socioambiental (ISA). Essa publicação nos dá em texto e imagens a magnitude dos crimes que há quatro anos vêm sendo cometidos contra o meio ambiente e os habitantes da Terra Indígena Yanomami. Cita uma estimativa, conservadora, do aumento do garimpo na TIY de 2016 a 2020 em inimagináveis 3.350 por cento, comparando com dados das corridas de ouro anteriores. Uma das razões apontadas no relatório é a “Fragilização das políticas ambientais e de proteção a direitos dos povos indígenas e, conseqüentemente, da fiscalização regular e coordenada da atividade ilícita em Terras Indígenas” (p. 9). Enquanto a linha de frente de hordas de garimpeiros – controlados por poderosos setores empresariais escusos e até do crime organizado – ataca sem rodeios, nos bastidores políticos, o governo limpa o terreno para o avanço, afastando agências e agentes fiscalizadores do caminho da notória boiada celebrizada por um zoilo ministro do meio ambiente. A violência contra os Yanomami tem seguido de perto esses números inconcebíveis.

Sem a aparente astúcia das canetadas presidenciais, as fileiras garimpeiras não medem esforços nem imaginação para despejar os Yanomami de suas legítimas terras. Na região do Palimiu, os Yanomami começaram a ver sinais de mudança no

comportamento dos invasores. O relatório revela: “Se antes [de 2019] apenas os barqueiros transitavam encapuzados, agora outros homens também o faziam, vestidos quase sempre de roupas pretas. As armas também haviam mudado. De espingardas de caça, passaram a circular com pistolas e fuzis. E, a abordagem nas comunidades tornou-se mais agressiva e violenta. Há relatos de garimpeiros bêbados invadindo casas e assediando mulheres, e de gritos de ameaça durante encontros furtivos no rio: ‘Vamos acabar com os yanomami’, diziam” (p. 30). O que se seguiu fez notícia dentro e fora do país.

“Assim, no dia 10 de maio de 2021, sete embarcações com homens armados, vestidos de coletes e balaclavas, se aproximaram da comunidade Yakepraopë e abrigam fogo contra seus moradores, incluindo mulheres e crianças ... Na fuga, duas crianças morreram” (p. 30). Fortes indícios apontavam a presença de membros do PCC, à busca “de vingança pelos homens feridos no revide de arco e flecha que os Palimiutheri conseguiram realizar” (p. 31). Inconformados, os assaltantes fizeram outros ataques nos meses que se seguiram, incluindo o disparo de “quatro tiros contra mulheres que procuravam um parente desaparecido no rio ...” (p. 33).

Os efeitos dessa saraivada logo apareceram. Os moradores queixaram-se a agentes do Ministério Público Federal que, antes dos ataques, “a pescaria era boa, a caçaria era boa”. Não mais. “O rio está contaminado ... e a caça emagreceu ...” (p. 35).

Novamente, 30 anos depois do pandemônio do início dos anos 90, como se não bastasse a covid-19, a malária volta à cena com força redobrada. Apenas na região do Uraricoera, que inclui Palimiu, eram mais de 1.800 casos. Calcula-se que a média de contaminação por malária era de quase dois casos por pessoa (p. 41), enquanto na região do rio Auaris, entre 2019 e 2020, os casos de malária subiram para 247 por cento. O mesmo fenômeno se repete em praticamente toda a TIY. A espiral de tragédias não para de crescer.

Essa espiral chega agora a um paroxismo de criminalidade inédita. No fim de abril de 2022, chegou à grande imprensa nacional e internacional a notícia de que uma menina Sanumá da comunidade de Aracaçá, na região do rio Uraricoera, fora estuprada até a morte por garimpeiros. Dada a grande repercussão do caso, agentes da Polícia Federal foram à área examinar a situação. Encontraram a aldeia carbonizada e vazia. Na ausência de vítimas, no estilo habitual da ignorância

cultivada sobre os usos e costumes indígenas (repetindo o episódio do massacre de Haximu em 1993²), os investigadores começaram por tomar as casas queimadas e desertas como evidência de que nada havia acontecido, apenas mal-entendidos, conflito de narrativas. Aos poucos, surgiram depoimentos de indígenas que corroboraram a existência dos crimes e denunciaram o suborno que os emudeceu³. Seu silêncio era pago em ouro e, ironia das ironias, o mesmo ouro extraído de suas próprias terras.

Posteriormente, soube-se que a destroçada aldeia de Aracaçá fora evacuada – como sói acontecer na tradição Yanomami após mortes, especialmente, as violentas – e os habitantes buscaram refúgio em outras áreas da TIY. Aracaçá, cuja história interétnica é uma das mais trágicas do mundo Yanomami⁴, suscitou o seguinte comentário da imprensa: “Os acontecimentos pelos quais passaram daria um **filme de terror**: assédio moral (com farta distribuição de bebidas alcoólicas) e sexual, estupro coletivo, prostituição, assassinatos, suicídio, cooptação para trabalhos no garimpo. Um verdadeiro genocídio com a conivência deste governo e que se espalha, pelo menos, por metade das terras dos yanomami”. Conclui a matéria: “Bolsonaro está de braços cruzados. Os órgãos de fiscalização também”⁵.

Em suma, a boiada bolsonarista deixa na Terra Indígena Yanomami um rastro sinistro de terra arrasada. O lamento do líder da região do Palimiu assim o confirma⁶.

“Que todos vocês voltem seus olhos para nós! Nós estamos sofrendo junto com a floresta! A floresta morreu! ... Acabaram com todas as árvores que comíamos os frutos! ... E quem foi que fez isso? Foram os garimpeiros que acabaram com elas! A nossa terra está completamente morta! ... Aqui onde moramos estamos arrasados! Da mesma forma como a floresta está devastada, nós também estamos!”

² Sobre o massacre do Haximu, ver “Haximu: Foi genocídio!”, *Documentos Yanomami* N° 1, 2001. São Paulo: Comissão Pró-Yanomami (CCPY).

³ <https://www.nsctotal.com.br/noticias/yanomamis-encontrados-foram-cooptados-pelo-garimpo-diz-lideranca-indigena>, 10/05/2022 (acesso 13 de maio de 2022).

⁴ A história recente da comunidade de Aracaçá é narrada na nota do Instituto Socioambiental (ISA), “Comunidade Aracaçá vive tragédia humanitária, alerta organização Yanomami” de 6/5/2022.

<https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/comunidade-aracaca-vive-tragedia-humanitaria-alerta-organizacao-yanomami> (acesso 13 de maio de 2022).

⁵ <https://conexaoplaneta.com.br/blog/tragedia-humanitaria-vivida-pela-comunidade-aracaca-e-retrato-da-terra-indigena-yanomami-ja/>, 6/5/2022 (acesso 13 de maio de 2022).

⁶ *Yanomami sob ataque*, p. 2.

The Yanomami tragedy

Alcida Rita Ramos

Universidade de Brasília

The famous Marxian saying about history – the first time as tragedy, the second time as farce – does not apply to or is inverted in the Yanomami case. From the first great assault on their lands and lives at the turn of the 1980 decade to what we now witness dumbfounded, the intent and intensity of the attacks have grown manifold. We can no longer credit them to mere greed. What began as a sort of tragicomedy – a bunch of military-clad invaders on a Carnival Day, for instance – has turned into a horror show with no respite or limits. What, three decades ago, we had attributed to rapacious drifters dazzled by the glitter of gold, now we see actions of a government eager to kill without soiling its hands. It only takes a human scourge in the role of president to open the corral, the stampede breaks out and the massacre begins. I am referring to this pearl dropped from Mr. Ricardo Salles’s big mouth during a ministerial meeting in April 2020. Unknowingly or self-assuredly, he ignored the cameras that were rolling and blasted away: “We’ve got to make an effort here, while we enjoy this moment of tranquillity regarding press coverage, with everybody just talking about Covid, and push the cattle through, change all the (environmental) regulations, and simplify norms.”¹ This impudent blunder wreaked havoc in the news media and made a former health minister gasp in disbelief. The scene was widely broadcast as both Covid and government crimes raged on.

1973-1975. The first large foray into Yanomami territory came with the opening of the Perimetral Norte highway that cut an east-west 200-kilometre-long straight line through it in the states of Roraima and Amazonas. The construction work of that useless, doomed road took less than three years, enough time to shatter the life of whole

¹ In the Portuguese original: "Precisa ter um esforço nosso aqui, enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só se fala de covid, e ir passando a boiada, e mudando todo o regramento (ambiental), e simplificando normas" (André Shalders, BBC News Brasil in Brasília, October 1st, 2020. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54364652> (Access May 23 2022)).

communities. Measles, influenza, and other foreign pestilences devastated families, destabilized subsistence systems, and killed over 22 percent of their inhabitants, nearly obliterating their social fabric.²

The 1975 survey of the Radambrasil Project revealed that the Yanomami territory was rich in minerals (tin, gold, radioactive substances, etc.) and poor in soil fertility. This news triggered the interest of gold miners, *garimpeiros* (a modest five hundred by today's count) searching for tin (cassiterite). Anticipating an unimaginable future, the Surucucus Mountain Range witnessed a series of armed conflicts between Yanomami men and *garimpeiros* because of the latter's theft of garden products and sexual abuses against the women. Still concerned with keeping a good image of the military government, the Minister of the Interior at the time, Rangel Reis, ordered the invaders evacuated. It was an empty order, a propagandistic gesture with mediocre results.

1980. A new invasion begins, now for gold, on the upper Uraricoera River. About two thousand *garimpeiros*, that soon grew to be fifty thousand, spread over the central region of the Yanomami territory in Brazil and across the border with Venezuela, causing diplomatic uneasiness between the two countries.

The situation reached a critical point in August 1987, when thousands of *garimpeiros* entered the area by first using the few landing strips of missions and the Air Force, and then, in a soaring crescendo, opening up their own strips. Two years later, clandestine landing strips were estimated to be around eighty, some of which on the Venezuelan side of the border. They polluted the entire length of the Mucajaí River with mercury and silt. The Uraricoera, Catrimani, and Couto de Magalhães Rivers, contaminated with mercury and oil, had no fish. The uninterrupted pandemonium of take-off and landing aircraft and helicopters chased away the game, forcing the Yanomami to beg food from the invaders to avoid starvation.

Even the communities that did not directly suffer the actual presence of polluting mining activities felt the effects of the gold rush's shock waves. Epidemics that started

² Imagine the loss of 22 percent – around 46 million people – of the Brazilian population: a number of casualties incomparably higher than that caused by the Covid-19 pandemic so far amounting to less than 225 thousand.

at a given place spread like wild fire over dozens of villages, leaving a trail of social, ecological, and economic devastation. Tuberculosis, malaria and other diseases mutilated and killed, some in a fulminating way, others slowly, corroding the demographic balance of entire communities, leaving dispossessed orphans to fend for themselves, and putting at risk the people's capacity to reproduce themselves.

These shock waves amplified the Yanomami tragedy – and continues to do it unrelentingly – at each new landing strip, each new mining site, and each new *garimpeiro* camp. Like cancerous cells, the damaging effects of gold mining proliferated, in the past and more so in the present, through the arteries, veins, and capillaries of the great Yanomami organic and social body.

No one ever knew the exact number of deaths in armed conflicts and from infectious diseases brought in by the invaders, in part, because, in August 1987, Funai (National Indian Foundation), the National Security Council, and the governor of Roraima at the time, Romero Jucá, banned researchers, health personnel, Catholic missionaries, and other observers from the Yanomami territory. Even so, in December 1990, I sneaked my way up to Auaris, where I had a hut built and thoroughly enjoyed a brief sojourn (before being caught by a Funai employee) with old and new friends after a seventeen-year absence.

1991-1992. The gold rush tragedy did not spare my fieldwork site. The Auaris River valley, on the watershed between Brazil and Venezuela, was the scenery of my doctoral research (1968-70), a truly ethnographic paradise at that time. With no pressure, no invasions, no epidemics, in a cosy corner of the Amazon Forest, I carried out my Malinowskian *rite de passage* to become a real anthropologist. Little did I know it was just a matter of time for that paradise to become hell on Earth.

In March and April 1991, the upper Auaris River in the state of Roraima, away from mining activities, seemed safe from malaria infestation. Nevertheless, it witnessed one of the most extreme health crises then recorded on Yanomami lands. Of the hardest-hit villages, Kadimani, where I had spent half of my eighteen months of fieldwork, was the worst in number of the sick and dismal health conditions.

Around that time, Brazil was being criticized for failing to protect indigenous rights and letting tens of thousands of invaders contaminate one of the most famous indigenous peoples in the country. Under pressure, former president, José Sarney, lifted

the prohibition that had paralysed anthropologists and, after a three-year ban, Funai issued authorizations to enter Yanomami territory. Less than a month later, Bruce Albert and I returned to the area. Bruce accompanied a medical team to the Toototobi community in the state of Amazonas, and I revisited Auaris as interpreter to the team led by Dr. Ivone Menegola.

Our visit was meant to be mostly exploratory of the local health conditions. But, a week after our arrival, messengers from Kadimani began to come with news of the desperate situation of their relatives. With no means of transportation, we could not reach them immediately, and so we sent the messengers back to tell the sick to come to the Auaris village where I had my hut.

In late March, the first wave of the sick arrived. They came along the path, a desolate Indian file of undernourished people leaning on sticks and on the back of the less weak, and collapsed under my roof. We spend the following week in the frenetic work of attending to the sick, day and night, while struggling to feed 133 starving people. We ordered food from Boa Vista to spare the limited supplies of the local villagers.

Cases of severe anaemia required blood transfusion. The medical team made nine transfusions with local donors, right there in the middle of the Rainforest! A little boy died in my hammock, increasing to three the number of Kadimani deaths, two of them before the village moved to Auaris. Other Kadimani villagers died at various other places in Yanomami territory, some of the bodies sent by plane to Auaris. At each landing with a corpse, the relatives, precariously lodged in other people's home village, redoubled their grief. The wailing of the Kadimani families bent over their dead added a tormented sound to their visual desperation. It filled the air with a funereal echo of what might have been a generalized carnage were it not for the coincidence of our presence at that moment in Auaris. *Falciparum* malaria, lethal without proper treatment, would have driven Kadimani to extinction, leaving a few stray survivors with their sorrow.

When our stay in Auaris came to an end, we had managed to avoid a considerable number of deaths, but the invasion did not stop, malaria continue to kill, and the Sanumá drama went on until 1992, when the Yanomami Indigenous Land (TIY) was demarcated (1991) and ratified (1992), the invaders expelled, albeit only partially, and an interlude of relative tranquillity in Yanomami life settled in, until Jair Bolsonaro came to power in 2018.

In 1993, Jair Bolsonaro, then a member of the House of Representatives, drafted legislative bill number 365 that annulled Decree of May 25, 1992 which ratified the demarcation of the Yanomami Indigenous Land in the states of Roraima and Amazonas. His justification was based on the false argument, worn out by the Military excessive and futile use, that such demarcation was a risk to national security, given the possibility of the Yanomami creating an independent state on the border at the expense of both Brazil and Venezuela. The reader of the project was Representative Fernando Gabeira, who used anthropological materials on the Yanomami³ to justify his rejection of the bill. In his justification, Gabeira stated. “We examined the arguments that supported this bill. Given the technical and legal reasons [presented above], it is my duty to reject this legislative bill in order to defend our genetic and cultural heritage and uphold our citizenship.” That first attempt having been frustrated, Bolsonaro, now as president of the country, discards the proper channels and decides to take the stratagem of active omission as a means to the end he has been pursuing for nearly thirty years, namely, the destruction of the territory and, consequently, of the Yanomami people themselves.

2020. The somewhat farcical, albeit lethal, gold rush that afflicted the Yanomami in the last century, changes its mood and becomes dantesque as it escalates violence to unheard of degrees. Adding insult to injury, this undeclared total war against the Yanomami came coated in one of the most virulent pandemics in modern times, Covid-19.

The fury with which the current gold rush has attacked the Yanomami has all the ingredients of an orchestrated genocidal campaign with the purpose of exhausting the natural resources in the Yanomami Indigenous Land, while attempting to eliminate all its ethnic groups once and for all. Invasions by *garimpeiros* are no novelty to most Yanomami and their neighbours, the Ye'kwana. What is new are the assaults of the federal government via flagrantly unconstitutional actions that defy the rule of law, incite the propagation of fake news to confuse public opinion, and openly dispense incentives to looting and extreme violence. Such is the stamp with which Bolsonaro brands his passage through the country's history.

³ Among the documents he consulted, Gabeira repeatedly referred to my article “Nações dentro da nação. Um desencontro de ideologias” published in the volume edited by George Zarur *Etnia e nação na América Latina*, Vol. 1, pp. 79-88. Washington, DC: Interamer 44, 1994.

Once again, the Sanumá of the Auaris River valley were the protagonists of horrifying news. On 25 June 2020, Eliane Brum, journalist of *El País Brasil*, wrote

Three women live the horror for which we have yet to find a name. They are Sanöma ... In May, these women and their babies were taken to Boa Vista ... with suspected pneumonia. At the hospital, the children were said to have been contaminated with Covid-19. And there they died. And then their tiny bodies disappeared, possibly buried in the town's cemetery. Two of the mothers, who contracted Covid-19, are crammed in the Indigenous Health Centre (CASAI) that is brimming with sick people. From there, weakened by the virus, they beg for their babies.

In a message recorded in Sanumá, one of the young mothers said to the journalist: “I suffered to have this child. I’m suffering. My people are suffering. I must take my son’s body back to the village. I can’t go back without my son’s body,” because that is a necessary condition to give him a proper Yanomami funeral with cremation and the appropriate rituals.

The theft and burial of the bodies, allegedly infected with coronavirus, were justified by the risk they represented to the population. After a long, unexplained delay, the babies were exhumated and tested. As it turned out, there was no Covid-19! The aggression the clandestine burial of the Sanumá children was a sordid infamy disguised as ignorance against those women and, by extension, against all Yanomami. As Bruce Albert explained to Eliane Brum, “there is no worse affront and suffering to the Yanomami than to ‘disappear’ their dead.”

Brutality continued on several fronts. The report *Yanomami sob ataque* produced by two indigenous associations within the TIY – Hutukara Associação Yanomami and Associação Wanasseduume Ye’kwana – was published in April 2022. It uses data collected in 2021 by the Sistema de Monitoramento do Garimpo Ilegal da TI Yanomami (Monitoring System of Illegal Mining on the TIY), sponsored by the Socioenvironmental Institute (Instituto Socioambiental - ISA). In text and images this publication shows the magnitude of the crimes that, in the last four years, have been committed against the TIY environment and peoples. It cites a conservative estimate of the mining activities between 2016 and 2020: a staggering 3,350 percent increase as compared to the previous gold rushes in the area. One of the reasons for this growth, says the report, is the

weakening of environmental policies and protection of indigenous rights “and, consequently, of regular and coordinated surveillance of illegal activities on indigenous lands” (p. 9). Hordes of *garimpeiros* – controlled by powerful unscrupulous entrepreneurs and even big drug cartels – undisturbed, attack in the front line, while, on the political backstage, the government clears the ground, getting surveillance agents and agencies out of the way of the infamous stampede celebrated by an evil-minded man, once the Brazilian minister of the environment. Violence against the Yanomami has followed closely these astonishing figures.

Without the apparent shrewdness of the president, the *garimpeiros* spare no effort to imagine crude ways to dislodge the Yanomami from their legitimate lands. In the Palimiu region, the Yanomami began to detect signs of change in the invaders’ behavior. The *Yanomami sob ataque* report reveals.

If before [2019] only boatmen circulated in hoods, now other men also wear them, often wearing black clothes. The weapons have changed from hunting shotguns to pistols and rifles, and the approach to communities has become more aggressive. Some reports mention drunken *garimpeiros* invading houses and harassing women, and shouted threats of “We’ll wipe out the Yanomami!” are heard at casual encounters on the river (p. 30).

What happened then made front-page news in the country and abroad.

On May 10 2021, seven boats with armed men dressed in vests and ski masks approached the Yakepraopë community and opened fire on the villagers, including women and children ...

Two children died while fleeing” (p. 30).

There are strong signs that members of the PCC organized crime were involved, seeking “revenge for the men wounded by the bows and arrows the Palimiutheri had shot in retaliation” (p. 31). Frustrated, the assailants attacked again in the following months, including “four shots against women who were looking for a relative who had disappeared in the river ...” (p. 33).

The consequences of those volleys were soon revealed. The villagers complained to agents of the Federal Public Ministry that, before the attacks, “fishing was good, hunting was good.” Not any more. “The river is contaminated ... the game thinned out” (p. 35).

Again, thirty years after the 1990s mayhem, as if Covid-19 weren't enough, malaria returned with a vengeance. In the Uraricoera region alone (which includes Palimiu), 1,800 cases were reported. It is estimated that the average rate of malaria contamination was nearly two cases per person (p. 41). In the Auaris area, between 2019 and 2020, malaria cases jumped to 247 per cent. This increase occurs in practically the whole TIY. The spiral of tragedies keeps rising.

This spiral now reaches an unprecedented paroxysm of criminality. In late April 2020, both the national and international media carried the news that a Sanumá young girl from the Aracaçá community on the Uraricoera River had been raped to death by *garimpeiros*. Incensed by the enormous repercussion of the story, Federal Police agents travelled to the area for fact finding. They found the village burned and empty. In the absence of victims, in the usual style of cultivated ignorance about indigenous *usos y costumbres* (repeating the episode of the 1993 Haximu massacre⁴), the agents first interpreted the empty burned houses as evidence that nothing had happened besides some misunderstandings or a conflict of narratives. Slowly indigenous reports trickled in corroborating the crimes and denouncing the bribery that shut the villagers' mouths⁵. Their silence was paid in gold; the utmost irony, with the same gold illegally dug out of their own lands.

We later learned that the destroyed Aracaçá village had been evacuated – as expected in the Yanomami tradition after deaths, especially violent ones – and the stray villagers sought refuge in other areas within the TIY. Aracaçá, whose interethnic history is one of the most tragic in the Yanomami world,⁶ triggered this comment in the press.

What they went through would make a **horror movie**: sexual and moral harassment (with ample distribution of alcohol), collective rapes, prostitution, murders, suicides, and co-optation to work at

⁴ On the Haximu massacre, see “Haximu: Foi genocídio!”, *Documentos Yanomami* N° 1, 2001. São Paulo: Comissão Pró-Yanomami (CCPY).

⁵ <https://www.nsctotal.com.br/noticias/yanomamis-encontrados-foram-cooptados-pelo-garimpo-diz-lideranca-indigena>, 10/05/2022 (access May 13 2022).

⁶ The recente history of the Aracaçá community is told in the Instituto Socioambiental (ISA) report “Comunidade Aracaçá vive tragédia humanitária, alerta organização Yanomami”, May 5 2022. <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/comunidade-aracaca-vive-tragedia-humanitaria-alerta-organizacao-yanomami> (access May13 2022).

the mines. A veritable genocide with the collusion of this government, covering at least half of the Yanomami lands. This article concludes by saying: “Bolsonaro crosses his arms. So do the surveillance agencies.”⁷

In sum, the Bolsonarist stampede, a scorched earth policy, leaves a sinister trail on the Yanomami Indigenous Land. The lament of a Palimiu leader confirms it.⁸

Turn your eyes to us! We are suffering with the forest! The forest is dead! ... They killed all the trees that gave us fruit to eat! ... And who did this? The *garimpeiros* destroyed them! Our land is completely dead! ... Here, where we live, we are devastated! Just as the forest is ruined, so are we!”

⁷ <https://conexoplaneta.com.br/blog/tragedia-humanitaria-vivida-pela-comunidade-aracaca-e-retrato-da-terra-indigena-yanomami-ja/>, May 6 2022 (access May 13 2022).

⁸ *Yanomami sob ataque*, p. 2.